

# CONFERÊNCIA

## HISTORIOGRAFIA E SENSO HISTÓRICO (1)

História quer dizer, no seu conjunto, continuidade e solidariedade. Adentro dessas duas palavras deslisam, no tempo e no espaço, a evolução da humanidade e o encadeamento causal entre os acontecimentos e as mudanças históricas. E a historiografia encontra, dentro desse binômio, — continuidade e solidariedade — o elemento necessário aos estudos dos fenômenos históricos, econômicos e sociais, isto é, a vida cultural, religiosa e política do homem através dos séculos e das vicissitudes humanas.

Processa-se a continuidade sem que os homens possam escapar-lhe ou fugir-lhe. Ela constitui os elos a que se prendem as gerações em marcha. Com elas se liga nossa época aos tempos mais recuados. A solidariedade se conjuga, não só numa sociedade onde a existência de cada homem está presa às de outros, dentro dos grupos sociais, mas também se interliga às comunidades das nações, à história de cada uma. E em função dessa interdependência, a continuidade e a solidariedade unem entre si os fios mestres da história dos povos do universo, para formar a História da Civilização.

Nesse caso, a palavra de Cristo e a de Buda, ouvida por milhares de judeus e de indús, abalaram o mundo inteiro. A revolução industrial, surgida na Inglaterra, modificou os sistemas de vida e as condições humanas de todos os países. E como ondas sonoras emitidas pelo posto central, elas se alargam, se ampliam e percorrem a atmosfera inteira.

A humanidade mal percebe, através da ressonância do subconsciente, essa interdependência que liga, no tempo e no espaço, todos os homens que vivem ou viveram, as sociedades que surgiram e desapareceram e as grandes épocas de crise e de apogeu dos povos, no encadeamento perpétuo das cousas transitórias.

Heródoto escreve, na Antiguidade, a primeira história. Data do século V antes de Cristo. Ele indaga e informa. Descreve os costumes e a vida de todos os povos, civilizados e bárbaros, conhecidos pelos gregos. Representa um dos esforços mais importantes e mais desinteressados, no sentido de aproximar os homens e os povos entre si, através de culturas diversas e dentro da própria época em que Dario concebia, com a visão de um estadista, a reunião de

(1). — Aula inaugural da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pronunciada em 12 de março de 1951.

todos os povos em um império universal, que não estivesse submetido à hegemonia dos mitos criados pelo homem. E a Heródoto, o pai da história, se aplica a frase de Taine, quando o designa como o cronista curioso.

Já próximo de nossa era (207-125 a. C.), Políbio traça o panorama dos fatos históricos donde brotara a vitória romana, após dois séculos de guerras travadas pelos povos gregos, para conquistar o domínio dos mares. E os reinos da Hélade cavaram a sua própria ruína, em benefício de Roma, senhora imperial de mares e continentes.

Para ter a visão retrospectiva desses acontecimentos seculares, Políbio indaga, com magnífica objetividade, as causas que unem os fatos uns aos outros; tenta penetrar no espírito das evoluções dos Estados e das Cidades, e constroi os alicerces da verdadeira ciência histórica, ao desenvolver, de certa forma, as leis diretoras das sociedades humanas.

Com o Império Romano observa-se, na história da humanidade, a irresistível tendência manifestada pelos povos, para aumentar os seus quadros. Contemporâneos desse acontecimento até hoje impar na história das nações, compreenderam-no em toda a sua grandeza. Daí se terem esforçado por investigar suas origens, várias ou comuns, impelidos pelo objetivo de uma tomada de consciência da civilização única imposta a esses povos. Por isso surgem histórias universais antes e depois de Cristo. E assim a historiografia se enriquece com os trabalhos de Deodoro, Estrabão, Tito-Lívio e Tácito.

Os historiadores deixaram de se preocupar com a história romana, quando o equilíbrio universal foi restabelecido. Pareceu-lhes, tal fenômeno, uma cousa natural. E o Império Romano apagou o passado, para iluminar o presente e projetá-lo no futuro da humanidade.

Triunfa o Cristianismo sobre as grandes crises espirituais e morais do mundo romano. A decadência do Império, cuja existência acreditavam eterna, leva os homens a se voltarem para o passado afim de solicitar à história a explicação do acontecimento denominado Cristianismo. Por essa época, o misticismo destruiu o espírito científico. Ao escreverem suas histórias universais, os padres desse tempo não seguiram os processos históricos de Políbio. Eles queriam ter as provas e a justificativa existencial da ideologia cristã. Com uma visão da história universal, também o persa Kelbi, em 819, procura explicar a expansão do islamismo. E mais tarde a história de caráter apologético reaparece, com Bossuet, no século dezessete.

O que é interessante, no momento em que o mundo greco-romano avança na estrada natural aberta pela palavra de Cristo, é que os historiógrafos tenham querido prender suas convicções, seus valores e sua fé, segundo o exemplo de Santo Agostinho, na "Cidade de

Deus”, ao conjunto, à totalidade viva dos fatos históricos, para situar valores, convicções e fé na continuidade e na solidariedade humanas, encaradas então e depois como determinadas pela Providência, isto é, pela vontade divina.

Daí em diante a história muda de rumo. Para os historiógrafos deixa de ser ciência até o século dezesseis, quando os historiadores lhe devolvem êsse aspecto, com o estudo comparativo das instituições, do sentido evolutivo das sociedades e da interdependência dos povos. Já no século seguinte ela se orienta, com Bossuet, para uma concepção universalista, relacionando-a com o caráter clássico da literatura. Mais adiante, Voltaire tenta, com seu “*Essai sur les moeurs et l’esprit des Nations*”, uma vasta síntese da história universal, ao abranger oito séculos, do século nono ao século dezessete. Em seu “*Esquisse d’un tableau historique des progrès de l’esprit humain*”, Condorcet procura, por sua vez, restabelecer a lei do desenvolvimento das sociedades, com o progresso relacionado à ciência.

Certo, a maior obra histórica do século dezoito é “*La Scienza Nuova*” de João Batista Vico, onde o historiógrafo napolitano procura tirar, da evolução dos povos, as primeiras idéias de uma filosofia da história, cuja influência devia calar profundamente na filosofia de Augusto Comte. Tinha-se a impressão que a história iria renovar os laços, tão numerosos, que unem as civilizações umas às outras. Parecia também que estava apta a revelar o senso profundo das grandes correntes sociais, políticas e morais, por onde se escoaram a vida dos homens, dos povos e da humanidade. E nesse ponto a historiografia entrava a considerar o homem sempre o mesmo, porque os homens é que mudam, conforme o memorável trecho de Donoso Cortés: “O gênero humano é uno pela substância que o constitui e vário pelas pessoas que o compõem” (2).

Ao alcançarmos o século dezenove, a história envereda por uma orientação nova. Consideram-na através de seu desenvolvimento circular e comparativo. Mergulham nos séculos anteriores as raízes desse movimento, quando a formação dos Estados Nacionais se inicia e leva os historiógrafos para o estudo da história nacional. Nesse caso, a erudição conduz a história nos rumos de uma ciência técnica e a tornava fragmentária, especializando-se. E além dos especialistas ninguém mais ligava para êsse gênero, considerado literário.

Mas o século dezenove é, incontestavelmente, o grande século da história. Vias novas se abrem para ela. O fator econômico se apressa a querer tomar-lhe a dianteira. Nem por isso os problemas religiosos e filosóficos foram esquecidos. Embora chegasse tarde ao concerto das nações, a Alemanha elabora, ao apêlo de Fichte,

(2). — Donoso Cortés, *Ensayo sobre el Catolicismo, el Liberalismo y el Socialismo*. Ed. S. Franc. de Sales. Madri. 1903. vol. I. pág. 245.

a teoria do nacionalismo, cujo objetivo, como ponta de lança, penetra nas Universidades alemãs. Historiógrafos germânicos fazem-se apóstolos da hegemonia prussiana. Daí em diante, sob a influência de Hegel, o nacionalismo forma sua cabeça de ponte nos países ocidentais, onde a história vai se por a serviço da política. E enquanto a escola alemã se volta exclusivamente para o seu próprio passado, Fustel de Coulanges remonta à mais alta Antiguidade e une a nossa civilização às civilizações passadas.

Em Portugal o gênero histórico encontra verdadeiros cultores da historiografia, onde a escola alemã e a escola francesa, com Teodor Mommsen e Fustel de Coulanges, podem caminhar de braço dado pelas amplas alamedas do pretérito e da vida. Considerada como “ciência pura”, estão naturalmente vedadas à história os caminhos da criação artística, sob pena de o historiógrafo afastar-se do senso histórico decorrente dos acontecimentos humanos.

Nesse caso, sentenciam os cientistas da história, onde não há documento não há história. Para êles a história deve ser simples e seca, sem artifícios literários. Serviriam êstes apenas para deturpar a verdade histórica. Revestem suas opiniões de certo rigor filosófico, ao afirmar que a história, servidora da verdade, não pode nem deve estar sujeita à imaginação, variável sempre nos seus propósitos e despropósitos. Por isso todo e qualquer escrito histórico deve obedecer ao culto da verdade, sob o signo do senso histórico. E se assim não fôsse a história teria o senso móvel e mutável das mulheres e não o senso histórico, de acôrdo com o seu objetivo.

Todavia o historiógrafo, verdadeiro cultor da história, também pode cultivar o gosto literário, sem fugir ao senso histórico. Basta para isso examinarmos as opiniões dos dois maiores gênios da historiografia portuguesa. Ambos cultivaram, sem desdouro, para um ou para outro, o gênero histórico e o gênero literário, embora hajam escrito em épocas afastadas, longínquas uma da outra. Por isso mesmo Fernão Lopes e Alexandre Herculano são dois grandes mestres da ciência histórica. E Roberto Southey, autor de uma das melhores histórias do Brasil, considera Fernão Lopes “o melhor cronista de todos os tempos e nações”.

Príncipe dos cronistas da História de Portugal, Fernão Lopes no seu prólogo da “Crônica de D. João I”, assim se expressa: “Nós, certamente, levando outro modo, posta de parte tôda a afeição que por azo das ditas razões haver podíamos, nesse desêjo foi em esta obra escrever verdade sem outra mistura, deixando nos bons acontecimentos (aquecimentos) todo excessivo (fingido) louvor; e nuamente mostrar ao povo quaisquer contrárias cousas, da guisa que avieram.”

Nessas palavras, o historiógrafo revela o desêjo de “escrever verdade”, somente a verdade, apenas a verdade, e nuamente expô-la aos leitores. Nenhum outro objetivo o anima. E nenhuma outra preocupação o desviará do plano pré-traçado.

A seguir, o autor da “Crônica de João I” declarou: “E se o Senhor a nós outorgasse o que a alguns escrevendo não negou [convém a saber: em suas obras clara certeza (certidão) da verdade] não somente mentir do que sabemos, mas ainda errando, falso não-queríamos dizer — como assim seja que outra cousa é errar, salvo cuidar que é verdade aquilo que é falso. E nós errando por ignorância de velhas escrituras e desvairados autores, bem podíamos, escrevendo (ditando), errar; porque, escrevendo a gente (homem) do que não é certo, ou contará mais curto do que foi, ou falará mais largo do que deve; mas mentira, em este volume, é muito afastada de nossa vontade. Oh! com quanto cuidado e diligência vimos grandes volumes de livros, de desvairadas linguagens e terras — isso mesmo públicas escrituras, de muitos arquivos (cartários) e outros lugares! Nas quais, depois de longas vigílias e grandes trabalhos, mais certeza (certidão) haver não podemos da contida (conteúda) nesta obra. E sendo achado em alguns livros o contrário do que ela fala, cuidai que não sabedormente, mas errando muito disseram tais cousas. Se outros, por ventura, em esta “Crônica” busquem formosura (fremosura) e novidade de palavras, e não a certeza (certidão) das histórias, desprazer-lhe há de nosso razoado, muito ligeiro a elles de ouvir, e não sem grande (gram) trabalho, a nós, de ordenar. Mas nós, não curando de seu juízo, deixados (leixados) os compostos e enfeitados (afeitados) razoamentos, antes pomos (antepoemos) a simples (simpres) verdade, que a aformosentada (afremcsentada) falsidade. Nem entendais que certificamos cousa, salvo de muito aprovada, e por escrituras vestidas de fé. De outra guisa, antes nos calariamos, que escrever cousas falsas. Que lugar nos ficaria para a formosura (fremosura) e enfeitamento (afeitamento) das palavras, pois todo nosso cuidado, em isto gasto (despeso), não basta para ordenar a nua verdade?” (3)

Oferece-nos ensinamentos preciosos, o trecho do velho cronista, escrito em meados do século quinze. Sobre elle já passaram quinhentos anos. Na leitura d’elle se destaca uma idéia: a história deve ser o fiel intérprete da verdade. Posta à margem toda e qualquer afeição, o historiógrafo apenas deve conservar a do amor à verdade; porque outro não é o seu objetivo, para encontrar, segundo as palavras do cronista: “a clara certeza da verdade”.

Pode succeder, no entanto, que o historiador se engane e se deixe arrastar pela correnteza dos falsos ensinamentos. Para evitá-los uma coisa há, que deve sempre ser admitida à mesa daquele que assume o encargo bem difficil de narrar os fatos do passado: é a presença da verdade. Nesse caso, a mentira embora se vista de formas autênticas, não passa de autênica mentira. Essas formas enganosas podem ser: dizer mais do que a verdade, isto é exagerar,

(3). — Fernão Lopes, Crônica de D. João I.º.

ou então, menos do que se passou, em prejuízo da verdade. Para alguns, exagerar ou deturpar, é dizer meias verdades. Consideram-nas outros, mentiras formais. Ambas são mentiras históricas. E neias a realidade aparece inteiramente deformada.

Fernão Lopes disse, muito judiciosamente: "... porque escrevendo a gente (homem) do que não é certo, ou contará mais do que foi, ou falará mais largo do que deve; mas a mentira em este volume, é muito afastada de nossa vontade". Para isso, o genial cronista não se contenta em rever os monumentos escritos até então, e fim de seleccioná-los. Viaja por todo o reino, procura os homens cujos feitos andaram ligados aos acontecimentos, ouvindo-os. Para os portugueses, Fernão Lopes surge na historicografia lusitana, como Heródoto para os gregos, com as qualidades do cronista exato e laborioso. E a escola moderna não hesita em dar-lhe o título de historiógrafo emérito.

Mas, dentro da linha desses pensamentos, onde Fernão Lopes se destaca e se alteia como investigador da história, empolgado pelo culto da verdade, podemos indagar se Fernão Lopes olhava a historicografia como género literário. Já avaliamos a sua maneira de pensar a esse respeito. O culto da verdade para a realização da obra histórica foi o seu critério. Não entrou, segundo parece, nas cogitações do cronista, a história como obra artística. Embora tivesse a fortuna de servir-se de uma língua no esplendor da virgindade, onde se conjugam as graças ingénuas e ariscas da menina e moça, Fernão Lopes teve em mira apenas aproximar-se da beleza eterna da verdade. Lendo e examinando as palavras citadas acima, somos impelidos a concluir que o mais ilustre historiógrafo português da Idade Média, tinha noção exata do que hoje denominamos "senso histórico", isto é "história científica", ou a história como "ciência pura".

Embora o cronista medieval pareça condenar a história bem escrita literariamente, a sua sentença é mais aparente do que real, por não ser definitiva. Analisemos as suas próprias palavras: "Mas nós, não curando do seu juízo, leixados os compostos e afeitados razoamentos, que muitos deleitam aquêles que ouvem, antes pômos a simples verdade, que aformosentada falsidade". Ora, se tal fizéssemos, pergunta êle: "que lugar nos ficaria para a formosura e afeitamento das palavras, pois todo o nosso cuidado, em isto despeso, não basta para ordenar a nua verdade?"

Mas de ambos cuidou o historiógrafo. Daí as crônicas históricas de Fernão Lopes serem monumentos literários da língua portuguesa. Alexandre Herculano observa: "Além do primor com que trabalhou sempre por apurar os sucessos políticos, Lopes advinhou os princípios da moderna história: a vida dos tempos de que escreveu transmitiu-a à posteridade, e não, como outros fizeram, somente um esqueleto de sucessos políticos e de nomes célebres. Nas

crônicas de Fernão Lopes não há só história: há poesia e drama: há a Idade Média com sua fé, seu entusiasmo, seu amor de glória” (4).

Discípulo do grande mestre da historiografia portuguesa, Alexandre Herculano acha-o genial na intuição histórica e senhor da sua língua como poucos. São dele estas palavras: “Na crônica de Fernão Lopes há... a história de uma geração: é um quadro imenso de muitas figuras no primeiro plano. Nos degraus do trono de D. João I estão sentados guerreiros, sabedores, e monges, e clérigos, e povo que tumultua e brada com voz de gigante: — Pátria! Ao pé da imagem homérica de Nunálvares, vê-se a fronte serena e santa do arcebispo de Braga, a face meditabunda e enrugada de João das Regras, e do esforçadíssimo Martim Vasques, e de tantos outros cavaleiros a quem dificilmente sobrepuja o rei popular, o mestre de Avis. O cronista faz-nos acompanhar as multidões, quando rugem amotinadas pelas ruas e praças; guia-nos nos campos de batalha, onde se dão e se recebem golpes temerosos; abre-nos as portas dos paços ao celebrar das Côrtes, ao discutir dos Conselhos; arrasta-nos aos templos, onde troa a voz do monge eloquente; lança-nos, enfim no existir dos tempos antigos, e embriagamos com o perfume da Idade-Média; e deslumbra-nos com o brilho da época mais gloriosa da história desta nossa terra portuguesa, evoca inteiro o passado, e, rasgando-lhe o sudário em que jaz, com o sôpro do gênio, dá alma, e vida, e linguagem, ao que era pó, e morte, e silêncio” (5).

Assim, a obra de Fernão Lopes é das mais valiosas e mais interessantes da literatura portuguesa. São verdadeiros monumentos de linguagem e de probidade histórica, as crônicas de D. Pedro I, D. Fernando I e D. João I. Dispostas nesse magnífico mural as figuras humanas se movimentam, vivem e rugem. E Fernão Lopes “com o sôpro do gênio dá alma, vida e linguagem ao que era pó, morte e silêncio.”

Alexandre Herculano se identifica em tudo com o mestre. Ouçam estas palavras escritas por êle, em 1875, na parte final da advertência da “História de Portugal”. Diz o moderno historiôgrafo português: “A nossa história, mais ainda do que a de outras nações da Europa, para surgir da sombra das lendas à luz clara da realidade, carece de indagações profundas, e de apreciações sinceras e desinteressadas. Será trabalho mais útil, embora mais difícil, do que certas generalizações e filosofias da história, hoje da moda, em que se generaliza o errôneo e o incerto, e se tiram conclusões absolutas de fatos que se reputam conformes entre si, e que, provavelmente, mais de uma vez os estudos sérios virão mostrar serem diversos, quando não contrários. A poesia onde não cabe; a

(4). — Alexandre Herculano, *Controvérsias e Estudos Históricos*, tomo II (V dos Opúsculos), pág. 6.

(5). — Idem, *Panorama*, vol. III-1839.

poesia na ciência é absurda. A imaginativa tem mais próprios objetos da sua fecundidade” (6).

Atentemos em primeiro lugar, para a distância temporal entre os dois historiógrafos. Fernão Lopes escrevia em meados do século quinze. Herculano estava no derradeiro quartel do século dezenove. Cerca de quatro séculos estão de permêio a ambos. Mas, se o mestre condena, como parece, a história como gênero literário, o discípulo não lhe fica atrás. Bem expressivo e acutilante é o autor da “História de Portugal” quando afirma: Não cabe poesia na ciência; “a poesia na ciência é absurda”. E não contente, o ilustre historiógrafo contemporâneo esclarece: “A imaginativa tem mais próprios objetos da sua fecundidade”.

Mas, se com estas palavras, Herculano fecha as suas considerações expostas na advertência da quarta edição de sua obra monumental, já na advertência da primeira lastima: “E’ na verdade vergonhoso, que Portugal se não tenha associado ainda ao grande impulso histórico dado pela Alemanha; por êsse foco do saber grave e profundo, a tôda a Europa; mas a culpa não é de nossos homens de letras, e sobretudo da juventude, entre a qual não falta engenho nem boa vontade. A culpa é de quem pretende que, o arquiteto dê a traça do edificio, e carregue para êle a pedra e o cimento”.

Se Portugal não se associou inteiramente, ao “impulso histórico dado pela Alemanha”, como queria Herculano, em compensação houve em Portugal um homem de letras que se associou, de corpo e alma, a êsse movimento científico da história. Êsse homem foi o autor da “História de Portugal”. E coube-lhe o papel de arquiteto do edificio, por êle projetado e construído com a pedra e o cimento carregados pelo seu gênio histórico.

Mas, não se teriam equivocado os dois maiores gênios da historiografia portugueza, ao sentenciarem como sentenciaram sobre a história como ciência pura? Sabiam êles, de ciência própria, que a imaginativa nos processos históricos não existe. E se existisse a história passava a ser apenas gênero literário.

Ora, se a história é pura ciência, a imaginativa e seus processos devem estar abolidos por quem a escreve. Por isso, o exame dos documentos necessários à historiografia, não interessa, de maneira alguma, aos cultores dos varios gêneros literários. E daí a história ser materia à parte dos gêneros literários, onde não encontra acolhida.

Será êsse o resultado lógico das afirmações de Fernão Lopes e de Alexandre Herculano. Ambos parecem empenhados em relegar a história para o campo da ciência pura, com negar-lhe o seu ingresso na esfera das artes. Mas, se examinarmos com olhos de ver, a obra dos dois gênios da historiografia portugueza verificamos como são contraditórias as suas afirmativas.

---

(6). — Alexandre Herculano, *História de Portugal*, advertências.



Sem destruir o conceito de história formulado por Lopes e Herculano, duas razões podem ser alinhadas para refutar-lhes certas idéias. Foi de ambos o culto da verdade. De ambos foi seu imenso amor pela eterna beleza dêsse culto. Já o vimos exaltado em Fernão Lopes. Em Herculano a idéia está firme como a rocha. Daí as suas palavras na advertência da primeira edição de sua obra "História de Portugal": "São, por via de regra, os prólogos destinados a captar a benevolência do público; mas, uma obra histórica, nem o autor deve pedí-la, nem o leitor concedê-la. Averiguar qual foi a existência das gerações que passaram, eis o mister da história. "*O seu fim é a verdade*". Bastaria esta meia dúzia de palavras para dizer tudo. Mas Herculano continua: "Onde o autor errou involuntariamente, é condenável o livro; onde pretendeu iludir os que o lêem, a condenação deve cair sobre o livro e conjuntamente sobre o autor. Nenhuma consideração humana podem alterar esta regra: e, por isso, longe de pedir indulgência, pedirei aos homens competentes a severidade para êste escrito. E' o interesse da ciência que o exige. Nas doutrinas da opinião, talvez sejam lícitas as concessões; nas matérias de fatos, seriam absurdas. A verdade histórica é una. Os que não sabem abstrair do amor próprio, para só porem a mira no progresso da ciência, mentem, se dizem que a amam. Se os contemporâneos calarem os defeitos do vosso livro, os historiadores futuros tecer-vos-ão sobre a campa a lista dos erros que cometestes, e ainda daqueles que, por temer de ofender tradições recebidas, deixadas de condenar".

Nesse estilo em volutas, com a sua formação científica germânica, inteiriça e maciça, Alexandre Herculano faz profissão de fé histórica, sob o signo do culto à verdade. Perante ela, diante dela, jamais se há de permitir qualquer transigência, seja a respeito do que fôr, seja a favor de quem quer que seja. E assim, o discípulo e o mestre condenarem, em todos os seus aspectos, os fabricantes de mentiras históricas, os forjadores de falsidades, os falsadores da verdade histórica.

O que os levou a condenar a procura da "fremosura e do afeitamento das palavras", na frase de Fernão Lopes, ou a dizer, com Herculano, que a poesia não entra nos domínios da ciência, porque a "imaginativa tem mais próprios objetos da sua fecundidade", foi a idéia, pouco exata, do que são, na verdade, "afeitamento e fremosura" de palavras, do que é poesia e de onde se situa o campo da imaginativa. Para que exista poesia, para que haja arte, para que tenhamos "fremosura e afeitamento de palavras", é necessário fazer abstração da verdade, é preciso eliminá-la da lavra das hipóteses e de mina das conjecturas. E nesse caso, os dois historiógrafos estariam com a razão, quando afirmam, peremptoriamente, que a arte e a poesia são incompatíveis com a história, porque entre esta e aquela o infinito se abre.

Mas, se bem examinarmos a questão em todos os seus aspectos, veremos que os dois maiores historiôgrafos portugueses projetaram sobre a ciência pura as luzes de seu gênio, para lhe insuflarem vida, movimento e perenidade. E nesse caso foram cientistas e artistas, sem sacrifício do senso histórico.

Existe arte onde há expressão emocional e viva de coisa real ou fictícia. Tratando-se uma expressão abstrata, a arte é incompatível com a ciência. Muito menos a poesia, expressão irreal da arte, não existe nos escritos históricos. Mas nem sempre será assim, pois a poesia encerra, muitas vezes, a expressão da verdade. Será mais poesia, nesse caso; será tanto mais arte, quanto mais verdadeira for a expressão de seu conteúdo. Por isso mesmo o historiôgrafo que tenta reviver, com todos os seus defeitos e suas virtudes, as sociedades por êle descritas, êsse historiôgrafo em lugar de relegar a verdade histórica para o segundo plano procura expressionar a vida social dessa época, ou dessa comunidade, com as cores da realidade e da maneira mais exata do que aquêlle que se prende, pura e simplesmente, à narrativa esquemática dos acontecimentos, sem olhar os fatores que os produziram, fatores de ordem emocional é verdade, mas causas dêsses fatos.

E' preciso então levar em conta que o mundo emocional é tão efetivo e real como o mundo das idéias, como o mundo dos pensamentos, como a própria realidade. Mas, para escrever a história com os dados psicológicos e os dados materiais são necessários gênios capazes de viverem, em tôda sua intensidade, os acontecimentos históricos. E capazes principalmente de lhes dar a forma artística, sem os deformar, sem os falsear, sem resvelar para o terreno liso da imaginativa, sem fazê-los perder o senso histórico e a solidiedade histórica...

Nesse caso, o historiôgrafo se transforma em artista. Serve-se, como o historiador comum, dos mesmos processos, para alcançar o conhecimento da verdade histórica. Depois de a ter conhecido, vive-a intimamente, dá-lhe o calor de sua própria vida, as luzes de sua inteligência e os clarões de seu gênio. E com essa verdade racional êle faz a verdade emocional, a verdade vivida.

Historiôgrafo-artista é o homem dotado, como poucos, da força emocional de viver o passado, de oferecê-lo à contemplação dos vindouros e de comunicar-lhe o sentido espiritual da vida. Soube revivê-los e representá-los pela escrita, porque teve, para isso, a capacidade técnica de iluminar-lhe a visão panorâmica do conjunto, movimentando-a.

Podemos agora verificar a diferença existente entre a história como gênero literário e historiografia como a história pura, história científica, história genética, história evolutiva. Nas palavras do historiôgrafo espanhol padre Zacarias Garcia Villada encontra-se a definição dêsse gênero de história científica. História, no seu con-

ceito, "é a ciência que narra os feitos dos homens, ocorridos no tempo e no espaço, considerando-os como produto de seres sociais, e mostrando o seu desenvolvimento e encadeamento causal" (7). Como ciência, a história investiga, expõe, comenta ou interpreta os fatos cuja relação se prende à evolução dos homens, seja no interior do tempo ou no âmbito do espaço. Enquanto fatos coletivos, os fatos referentes aos seres humanos interessam aos historiógrafos. Interessam igualmente os fatos singulares, quando a sua incidência se projeta nos movimentos da sociedade. O conhecimento dos fatos em si, não é de interesse integral. Aos historiógrafos interessa muito mais a relação psicofísica de causalidade revelada entre os fatos humanos, para levarmos em conta os valores coletivos de determinada época.

Explorado esse conceito de história, onde vamos encontrar o senso histórico vivo na continuidade e na solidariedade humana, é de se observar os laços naturais entre a história como ciência e a história com arte. Um dos mais profundos críticos do moderno conceito de história, Ernesto Bernheim, no seu interessante livro "Introdução ao estudo da História", considera: "O conhecimento dos fatos... é o objeto principal e a única finalidade da história... É inegável que representa certa perfeição o lograr a exposição dos resultados da investigação, revestida de forma artística, pois não deve nunca ser esquecido o interesse estético da obra histórica. "Opinião bem clara, merece por isso mesmo ser bem ponderada. Ela põe o problema no seu devido lugar. Antes de mais nada, a história é ciência. Como ciência, subordina-se às normas científicas da pesquisa. Assim, não pode sujeitar-se a elementos outros, que venham pela sua natureza, alterar-lhe a constituição ou a estrutura. Dentro dessas características essenciais, seu objetivo é o homem como ser social. Vem daí a relação íntima da ciência histórica e cultural com a maior parte das chamadas ciências do espírito. E essa correlação intrínseca resulta da interdependência do homem com os homens, através de sua evolução, quer no tempo, quer no espaço.

Das noções expostas nessas linhas, a história como expressão de arte não contradiz o caráter de sua constituição científica. Se nos atermos a isso, há dois processos de escrever a história. Descreve o primeiro e o mais comum, os fatos históricos sem recorrer ao fator emocional, porque faz da história uma ciência completamente isenta de processos artísticos. Já no segundo o historiógrafo utiliza tôdas as suas faculdades de cientista e de artista, postas ao serviço da verdade histórica. Mas, perguntar-me-eis, os dois processos são igualmente bons? Ou será preferível um deles apenas? Qualquer dos dois processos pode ser empregado para servir à ex-

---

(7). — Ernesto Bernheim, *Introdução ao estudo da História*.

pressão de verdade histórica. E o segundo não passa de complemento do primeiro, embora a sua execução apresente maiores dificuldades.

Para realizar essa magnífica aliança espiritual, própria do gênio, o historiógrafo precisa de ser dotado de uma forte sensibilidade, de profunda sensibilidade, subordinada ao perfeito equilíbrio emotivo. E se esse equilíbrio psicológico falhar, o historiógrafo resvala para o romance histórico.

Mais recomendado o primeiro processo, é também o mais usado, por estar mais em conformidade com a própria realidade histórica. Daí o processo científico de escrever a história, sem deturpar a verdade histórica. E a história, como servidora da verdade, não pode, de forma alguma, estar à mercê dos artificios imaginosos, incompatíveis com o culto da verdade.

Assim, o senso crítico deve guiar o historiógrafo, para que não perca o senso histórico. Mesmo assim, o mais objetivo dos historiadores permanece, no fundo, um impressionista que não pode ver as cousas sem dar-lhes forma e colorido. Daí a realidade histórica adquirir, para a vida, a realidade humana necessária, com dar-lhe o sentido histórico, através de suas causas e efeitos. E o trabalho da ciência é fiscalizar os exercícios do espírito, para dissipar as falsas certezas da história.

Mas, dissipar falsas certezas é servir a verdade, é arejar o espírito, é trabalhar pela história e para a história, porque se o homem é inseparável da história, a história é inseparável do historiógrafo. E a história é a vida em ação, dentro da continuidade e da solidariedade humanas.

**TITO LÍVIO FERREIRA**

Professor de História da Civilização da Pontifícia  
Universidade Católica de São Paulo.